

DESIGUALDADES SOCIAIS NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS

A CONSOLIDAÇÃO DA REGIÃO DE CAMPINAS COMO METRÓPOLE REGIONAL

Rossine Cruz¹

1. INTRODUÇÃO

Falar que o Brasil é um dos países campeões mundiais da concentração de renda, já se tornou lugar comum. Também não é novidade que a convivência com o crescimento da pobreza e da indigência vem fazendo parte do cotidiano brasileiro. E este fenômeno vem se tornando cada vez mais comum no ambiente urbano.

Alguns estudos tentam quantificar a pobreza metropolitana, a partir do critério da renda pessoal [TOLOSA e ROCHA (1993); ROCHA e TOLOSA (1993); e ROCHA (1995), entre outros]. Outros avançam no sentido de considerar indicadores como emprego, acesso a serviços de saúde, grau de instrução, condições de habitação, etc (SEADE, 1995). Contudo, como a pobreza está associada a carências de diversas ordens, as quais variam muito entre regiões e entre populações urbanas e rurais, torna-se extremamente difícil delimitar uma "linha de pobreza", que possibilite comparar realidades urbanas tão díspares como as das cidades e metrópoles brasileiras.

Este texto pretende, sem entrar na discussão metodológica e quantitativa, discutir o processo de deterioração das condições de vida das cidades brasileiras, associando tal processo às crises econômicas

¹ Professor da UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana (BA); Mestre em Economia pela UFBA - Universidade Federal da Bahia e Doutorando em Economia pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas.

Agradeço ao Professor Wilson Cano, do Instituto de Economia da UNICAMP, por seus comentários a uma versão anterior deste texto. Obviamente, os erros e omissões remanescentes são de minha inteira responsabilidade.

que se sucederam nas últimas décadas e à manutenção de um modelo de crescimento e desenvolvimento altamente excludente. Tenta-se demonstrar que urbanização da pobreza é um fenômeno generalizado, que atinge municípios e metrópoles “pobres” ou “ricos”, “velhos” ou “novos”, independentemente dos processos específicos que os desenvolveram.

Na primeira parte do trabalho, mostra-se como a política de desconcentração industrial, com maciços investimentos e incentivos públicos, trouxe maior dinamismo para as economias da periferia nacional. Neste contexto, são institucionalizadas as regiões metropolitanas, mais como resposta aos interesses políticos regionais associados ao poder central do que ao atendimento à dinâmica das relações produtivas, sociais, culturais, etc. E isto resultou em agregados municipais heterogêneos.

Na segunda parte, tenta-se discutir o processo que vem transformando a pobreza nacional cada vez mais num fenômeno urbano e sua manifestação no ambiente metropolitano. A seguir, faz-se uma análise do processo de transformação da cidade de Campinas em um núcleo metropolitano regional, a partir de um processo de interiorização da indústria paulista, que lhe imprime características diferentes das demais metrópoles nacionais, mas não consegue evitar o fenômeno comum: a deterioração da qualidade de vida.

2. A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO AUTORITÁRIO

O período de maturação dos investimentos do Plano de Metas coincidiu com o crescimento do processo de urbanização e com a crise política que desembocou no período de governos autoritários pós-1964. Naquele momento, a campanha pelas “reformas de base” (agrária, urbana, educação, etc) colocava em debate os problemas sociais que emergiam e se acumulavam. O uso crescente do automóvel e o conseqüente aumento da poluição, bem como a especulação imobiliária, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, saneamento básico, trans-

portes, etc, para a maioria da população, tornavam os ambientes urbanos verdadeiros “caldeirões”, onde “ferviam” os descontentamentos, e se alavancavam os movimentos sindicais, estudantis, comunitários, ligados às camadas médias e pobres da população.

Inicialmente, a repressão aos movimentos reivindicatórios rurais e urbanos e o controle político das forças de oposição, tornaram possível a gestão na grande cidade, já que ainda haviam espaços urbanos (e suburbanos) a serem ocupados e os recursos públicos municipais ainda conseguiam suportar parte das despesas com a expansão de serviços de água, esgotos, coleta de lixo, energia, pavimentação, etc. Mas a falta de uma reforma agrária, fatores climáticos, o atraso tecnológico e a miséria muito contribuíram para a continuidade dos movimentos migratórios, originários do campo e das pequenas cidades, em direção aos grandes centros. O crescimento descontrolado aumentaria a necessidade de maiores despesas e de altos investimentos públicos, somente suportáveis com a ajuda dos governos estaduais e nacional.

A resposta do governo autoritário veio escamotear a falta da reforma agrária e de políticas de desenvolvimento das periferias nacionais. O “milagre econômico brasileiro” e os grandes projetos, voltados para o sonho de um “Brasil-Potência”, significavam a opção clara pela manutenção de um modelo de crescimento econômico excludente, isto é, um modelo que deveria “primeiro, fazer o bolo crescer, para depois reparti-lo”.

A política de desconcentração industrial, com maciços investimentos públicos em direção à periferia nacional, trouxe maior dinamismo para as economias localizadas fora do eixo São Paulo/Rio de Janeiro. O “progresso industrial” aumentaria os níveis de emprego locais e logaria reduzir o ritmo do crescimento populacional na maior aglomeração urbana do país. O “esforço” político para evitar a “explosão urbana” não passou de uma desculpa para fugir à responsabilidade da resolução dos grandes problemas sociais, plasmados nos espaços urbanos, causados pelo modelo de crescimento adotado.

O crescimento do emprego industrial possibilitaria o aproveitamento de mão-de-obra nas capitais e outras cidades, beneficiadas pela nova estratégia do regime militar. Mas, em curto espaço de tempo, atrairia grandes contingentes populacionais e de mão-de-obra (principalmente de baixa qualificação), em busca do tão sonhado emprego, fugindo das dificuldades do campo, da estagnação das pequenas cidades e da miséria. Todavia, a política habitacional e o sistema de crédito ao consumo e ao investimento “facilitariam” a vida da classe média, o que arrefeceria o ritmo das reivindicações urbanas por reformas “de base”.

O progresso técnico, que chegava ao campo, contribuiria para aumentar o êxodo rural, principalmente em estados com agricultura mais desenvolvida, como São Paulo e Paraná. Trabalhadores rurais não precisariam mais residir nos locais de trabalho e passariam a engrossar fileiras numa nova categoria: a dos “bóias-frias”. A “abertura das fronteiras” do Centro-Oeste e da Amazônia para os excedentes populacionais, que, por algum tempo, havia funcionado como um amortecedor dos fluxos migratórios em direção a São Paulo e Rio de Janeiro, esgotaria rapidamente esta capacidade, na medida em que o processo colonizador, principalmente na Amazônia, se mostrava altamente concentrador de terras e apenas transferiria os problemas sociais decorrentes para as antigas e as novas cidades formadas ao longo daquelas regiões, sem que fossem resolvidos os problemas de ocupação territorial e os problemas rurais e urbanos dos locais de origem.

O modelo de “progresso industrial”, que costurou a integração produtiva nacional, significou a reprodução tardia, mas acelerada, dos processos de deterioração urbana, como a poluição, o favelamento, a criminalidade, etc, já observados pela região Sudeste. A proliferação de novas cidades e o crescimento vertiginoso das cidades já consolidadas significou o adiamento de soluções para os problemas de saneamento, transporte, etc, complexificando as políticas a serem adotadas, tanto do ponto de vista tributário, quanto do gasto, assim como do ponto de vista político.

A criação de conjuntos habitacionais populares, nos espaços suburbanos e na periferia das grandes cidades, fez aumentar a especulação

com os terrenos intermédios entre os núcleos centrais e as novas periferias, proporcionando altos lucros e apropriação de rendimentos extraordinários por parte do capital imobiliário, e viabilizando os assentamentos da classe média. Com isto, os limites físicos das cidades ganharam novos contornos e alguns problemas infra-estruturais adquiriram dimensão exponencial com o tamanho do município. Extrapolou-se a capacidade isolada de administração local dos municípios. Os problemas das grandes cidades passaram a ser não só do interesse local, mas também do Estado e dos municípios vizinhos, assim como da própria União (principalmente no caso das capitais estaduais e das áreas de "segurança nacional").

O fenômeno da conurbação amplificaria o espectro do planejamento urbano, implicando escalas maiores e políticas concertadas entre os diversos níveis de competência. O problema dos mananciais, por exemplo, que fornecem, à jusante e à montante, água (potável, industrial, para irrigação, escoamento dos esgotos, pesca, etc) para diversos municípios, tem que ser tratado de maneira sincronizada entre os municípios, porque seus benefícios e custos financeiros e sociais transcendem o âmbito municipal, exigindo soluções de cunho institucional, com demanda fiscal e financeira a cargo dos Estados ou União.

Acontece que, nos locais em que tais problemas se avolumavam, por exemplo Rio de Janeiro e São Paulo, a resistência política ao regime do governo central eram maiores e o diálogo ou a conjunção de esforços se tornava difícil, dado o caráter autoritário e centralizador do governo federal. A urgência da ação pública exigia maiores recursos e flexibilidade para sua aplicação. A criação das regiões metropolitanas, no início dos anos 70, apontada como uma solução, do ponto de vista do planejamento, visou muito mais os interesses políticos regionais associados ao poder central do que o atendimento à dinâmica das relações produtivas, sociais, culturais, da infra-estrutura e da dinâmica centro-periferia dos municípios envolvidos. A delimitação institucional dos contornos metropolitanos resultou em agregados inter-municipais bastante diversos entre si, isto é, em núcleos e periferias com características heterogêneas, resultando padrões diferenciados de crescimento urbano e de ocupação do solo.

com a PNAD de 1990, a região Nordeste do país, com 21,8 milhões de habitantes pobres, equivalente a 51% de sua população, detinha 55% da pobreza do país.

Graves déficits de infra-estrutura em habitação, saneamento, transporte, etc, em condições de alta densidade demográfica e de segregação residencial agravaram as condições de marginalidade social nas regiões metropolitanas do país. O Rio de Janeiro, com 4% da população do país, e com 13% de sua população na pobreza, é hoje um dos exemplos de "explosão urbana", onde tais carências têm conduzido parcela de sua população segregada à marginalidade e à violência.

Abstraindo o fenômeno da queda da fecundidade e da redução dos índices de mortalidade, pode-se afirmar que a redução do crescimento demográfico das grandes cidades brasileiras, durante a década passada, resultou principalmente da crise recessiva, que reduziu as oportunidades de emprego e inviabilizou a expansão da renda, inibindo a migração para os grandes centros urbanos. Com isso, a década de 80 também serviu para mudar o caráter e a direção dos movimentos migratórios, isto é, a atração exercida pelas grandes cidades passou a não ter mais o mesmo sentido que em décadas anteriores. Com efeito, os municípios com 100 a 500 mil habitantes foram os que mais cresceram em termos populacionais.

Mas, se o ritmo de crescimento populacional das grandes cidades foi reduzido, houve um crescimento mais acentuado da população das periferias metropolitanas, fenômeno que, embora já ocorresse entre 1970-1980, se acentuou nos anos 80.

Por outro lado, para o conjunto do país, manteve-se a tendência histórica de urbanização³, não só pela crescente liberação de mão-de-obra agrí-

3 A taxa de urbanização, que era de 67, 59% em 1980, passou para 75,47% , de acordo com o Censo Demográfico de 1991. Neste ano, 38,5% da população urbana residia nas Regiões Metropolitanas. Com este ritmo de urbanização, houve decréscimo absoluto da população rural (de 38,6 milhões, em 1980, para e 36 milhões, em 1991)...

cola nas regiões mais modernizadas, assim como pela atratividade dos centros urbanos, onde a oferta de serviços assistenciais e benefícios não monetários tendem a ser mais frequentes do que na área rural, principalmente nas regiões menos desenvolvidas. A pobreza se desloca, no período 1980-1990, em direção as áreas urbanas em todo o país: 71% dos pobres brasileiros passam a residir no meio urbano, sendo que 29% nas regiões metropolitanas. Os considerados "miseráveis"⁴, contudo, ainda residem preponderantemente no meio rural, principalmente no Nordeste, castigados pelas secas periódicas, pela estrutura de poder e pelo relativo atraso na utilização de tecnologias modernas aplicáveis à agricultura e à pecuária.

Aumentou a concentração de pobreza urbana no Nordeste. As metrópoles nordestinas, nos últimos quinze anos, são exemplos de pobreza e de péssima distribuição de renda. Isto, aliás, está refletido tanto nos indicadores do mercado de trabalho, quanto nos de acesso aos serviços públicos. As carências mais agudas têm ocorrido nas periferias das metrópoles nordestinas. Em Fortaleza, por exemplo, 76% dos pobres que residem na periferia não têm acesso ao abastecimento adequado de água, enquanto na periferia de Recife, 83% dos pobres não dispõem de esgoto sanitário. Se nas metrópoles nordestinas a pobreza e a carência de infra-estrutura e de serviços são generalizadas, nas demais metrópoles o quadro se repete, de forma menos acentuada, porém com outras *nuances*, também de potencial socialmente explosivo.

No Rio de Janeiro, a crise econômica e a falta de novas opções produtivas, na década de 80, levou a metrópole a um empobrecimento crítico no núcleo e nas cidades da periferia. As cidades da periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro concentram quase a metade da população metropolitana, onde a proporção de pobres chega perto de 40%. "Em termos absolutos é uma concentração de pobreza impar, até em função da extensão territorial e de

4 De acordo com SEADE (1995), "miseráveis" são aquelas famílias que, além de receberem rendimentos *per capita* abaixo de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, apresentam carências simultâneas em moradia, instrução, condições de emprego ou trabalho e acesso inadequado aos serviços de saúde.

características de densidade populacional de subáreas. (...) a segregação residencial faz com que haja diferenças gritantes, na própria periferia, entre pobres e não-pobres. Nesse sentido, a periferia do Rio de Janeiro reúne o pior em termos de pobreza absoluta e relativa, esta última entendida como desigualdade entre pobres e não-pobres.” (ROCHA e TOLOSA, 1993, p.164)

Apesar da heterogeneidade econômica e social de suas populações e de seus espaços urbanos em cada período, as metrópoles brasileiras apresentam índices de pobreza bastante distintos: são mais elevados nas metrópoles nordestinas e menores em São Paulo e nas metrópoles do Sul. “(...) No caso de São Paulo, a baixa **periferização da pobreza** (...) é causada pelo dinamismo próprio, formada por subcentros que tendem a reproduzir a estrutura sócio-econômica do núcleo.” (ROCHA e TOLOSA, Op.Cit, p.148 e 151) Mas, a característica comum entre todas é a presença da pobreza como fenômeno generalizado, que permanece como desafio intransponível para os moldes atuais do planejamento urbano e regional e que desmascara as sucessivas políticas econômicas concentradoras e segregacionistas.

A seguir, veremos mais de perto as transformações que fizeram do espaço urbano da cidade de Campinas, no interior do Estado de São Paulo, um centro metropolitano, cujos núcleo e periferia tendem a reproduzir características semelhantes às das demais regiões metropolitanas do país, apesar de inserida na economia estadual mais dinâmica e moderna do país.

4. O EXEMPLO DE CAMPINAS⁵

Na década de 70, independentemente das políticas nacionais, que incentivavam localizações fora da região metropolitana de São Paulo, ou de políticas de interiorização do governo estadual, ou mesmo de

5 Esta seção baseia-se nos trabalhos de SEMEGHINI (1991 e 1992) e BAENINGER e MAIA (1992).

incentivos oferecidos pelos poderes públicos municipais, já se observava um processo de desconcentração industrial dentro do Estado. No bojo deste processo, a fuga das deseconomias de aglomeração e da crescente organização sindical e seu poder reivindicatório, levaria o capital a buscar novos espaços de acumulação. E a “saída” mais fácil estava bem próxima: no próprio Estado de São Paulo, onde havia uma agricultura relativamente desenvolvida e onde as relações mercantis estavam consolidadas. Havia a possibilidade de se criar núcleos sub-regionais, que dinamizariam as economias locais, com redes de serviços industriais, bancários e pessoais, a partir de algumas “cidades-chaves”, como Campinas.

4.1. A Formação da Metrópole Regional

No que se refere à região de Campinas⁶, além da própria ação pública, do Estado e dos municípios, na oferta de incentivos e infra-estrutura voltada para a interiorização da indústria, foram fundamentais, como fatores atratores, o desenvolvimento prévio da base produtiva local, sua estrutura urbana, sua proximidade com a capital e a malha de transportes relativamente desenvolvida, que tornava a cidade um ponto obrigatório (“porta de entrada”) de passagem para grande faixa do interior paulista. Foram igualmente importantes as transformações e a modernização da agricultura regional, que gerou fortes impactos sobre a agroindústria e sobre as indústrias fornecedoras de insumos e equipamentos.

6 Neste texto, estarei me referindo a Campinas, em diversos momentos, como município ou cidade, a área ou região, ou a Região de Governo. Por “área” ou “região” de Campinas, utilizarei, como SEMEGHINI (1991, p. 172 e outras) o agregado dos municípios de Campinas, Indaiatuba, Vinhedo, Nova Odessa, Paulínia, Sumaré e Valinhos. A “Região de Governo” (divisão político-administrativa, para o planejamento estadual), além destes municípios, abrange os de Americana, Artur Nogueira, Cosmópolis, Itapira, Jaguariúna, Mogi-Guaçu, Mogi-Mirim, Monte-Mor, Pedreira, Santa Bárbara d’Oeste e Santo Antônio de Posse (municípios, como Holambra, Hortolândia e outros, foram desmembrados desse conjunto, a partir de 1991, mas as estatísticas e informações disponíveis sobre eles ainda são insuficientes para um estudo mais sistemático de suas situações).

Tabela 01

**FLUXOS MIGRATÓRIOS INTER-REGIONAIS E INTRA-
ESTADUAIS NUMERICAMENTE MAIS IMPORTANTES,
SEGUNDO A ORIGEM DOS IMIGRANTES.
REGIÃO DE GOVERNO DE CAMPINAS, 1970-1980**

Origem dos Imigrantes	Total de Migrantes	(%) no Total	(%) nos Subgrupos
<u>Total Geral</u>	444.879	100,00	-
<u>Estado de São Paulo</u>	267.668	060,17	100,00
RM de São Paulo	67.185	15,10	25,10
RG de Adamantina	10.600	2,38	3,96
RG de Andradina	11.108	2,50	4,15
RG de Araçatuba	8.485	1,91	3,17
RG de Dracena	8.860	1,99	3,31
RG de Jales	13.250	2,98	4,95
RG de Jundiá	8.646	1,94	3,23
RG de Marília	9.154	2,06	3,42
RG de Piracicaba	8.378	1,88	3,13
RG de Presidente Prudente	10.332	2,32	3,86
RG de S. J. Boa Vista	11.590	2,61	4,33
Outras Regiões	100.081	22,50	37,39
<u>Regiões da Federação</u>	172.318	38,73	100,00
<u>Região Sudeste (Menos São Paulo)</u>	48.089	10,81	27,91
Minas Gerais	42.759	9,61	24,81
Espírito Santo	661	0,15	0,38
Rio de Janeiro	4.669	1,05	2,71
<u>Região Norte</u>	1.073	0,24	0,62
<u>Região Nordeste</u>	19.033	4,28	11,04
Bahia	6.467	1,45	3,75
Outros Estados	12.566	2,82	7,29
<u>Região Sul</u>	90.598	20,36	52,58
Paraná	88.101	19,80	51,13
Outros Estados	2.497	0,56	1,43
<u>Região Centro-Oeste</u>	13.525	3,04	7,85
Mato Grosso do Sul	8.095	1,82	4,70
Outros Estados	5.430	1,22	3,15
<u>Brasil sem Especificação</u>	21	0,00	-
<u>Exterior</u>	3.214	0,72	-
<u>Sem Declaração</u>	1.658	0,37	-

Fontes: IBGE, Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1980; e Fundação SEADE, 1989. Re-elaborado a partir de BAENINGER e MAIA (1992).

Nas décadas de 70 e 80, a região de Campinas se transformaria no terceiro parque industrial brasileiro, atrás apenas da região metropolitana de São Paulo e do Estado do Rio de Janeiro. Para tal transformação, muito contribuíram a instalação da REPLAN e do pólo petroquímico em Paulínia, a constituição de um pólo de informática, microeletrônica e de indústrias de tecnologia de ponta, a implementação do Pró-álcool e os investimentos na ampliação da rede rodoviária. Desde cedo, na verdade, Campinas já apresentava um processo relativamente mais intenso de disseminação das relações mercantis de produção e uma base produtiva relativamente mais diversificada, com fortes encadeamentos inter-setoriais e inter-regionais, do que as demais regiões do Estado.

Todas estas características fizeram com que o município e a região do seu entorno atraíssem, na década de 70, grande fluxo migratório, principal responsável pelo seu elevado crescimento demográfico. De acordo com os dados da Fundação SEADE, 53% da migração que se dirigiu ao interior paulista teve como destino essa região. Os dados do Censo de 1980 (ver Tabela 01) indicam que a migração intra-estadual mais forte vinha da região metropolitana de São Paulo, enquanto, no âmbito interes-tadual, originava-se, principalmente, do Paraná, seguido de Minas Gerais.

Tabela 02
PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO,
DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO E DA REGIÃO DE
GOVERNO DE CAMPINAS - 1950-1991

Anos	Região Metropolitana de São Paulo	Região de Governo de Campinas
1950	29,1	3,2
1960	37,4	3,8
1970	45,8	4,3
1980	50,2	5,6
1991	48,9	6,4
1992	48,8	6,5
1993	48,7	6,6

Fonte: IBGE, Censos Demográficos e Sinopse Preliminar para 1991.; e Fundação SEADE, Perfil Municipal, 1995 (dados de 1992 e 1993).

Em termos proporcionais, a participação da Região de Governo de Campinas no total do Estado de São Paulo praticamente dobrou, no período 1950-1991, enquanto a população da região metropolitana de São Paulo diminuiria seu ritmo de crescimento (ver Tabela 02). Sua população rural vem diminuindo, porém em proporções muito inferiores à diminuição da população rural do Estado. Sua taxa de urbanização, em 1980 (83,5%) é pouco inferior à média do Estado de São Paulo, mas superior à média nacional.

A cidade cresceu rapidamente, nas últimas décadas. Entretanto, o processo de intensa chegada de migrantes pobres ao município de Campinas veio acompanhado de outro movimento, de mão-de-obra de alto nível, para trabalhar em suas universidades e nas indústrias de ponta. Além disto, alguns estudantes da UNICAMP e PUCC, como força de trabalho qualificada, passaram a ser rapidamente absorvidos pelos centros locais de pesquisa e de tecnologia e acabaram se estabelecendo na cidade de Campinas ou em cidades localizadas no seu entorno.

Tabela 03

**POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS E DE ALGUNS
MUNICÍPIOS SELECIONADOS DA REGIÃO DE GOVERNO DE CAMPINAS
1940 - 1991**

Anos	Município de Campinas	Região de Governo de Campinas	Sumaré	Indaiatuba	Valinhos
1940	129.940	265.765	-	-	-
1950	152.547	309.423	-	-	-
1960	219.303	484.672	10.663	19.697	18.302
1970	375.864	770.497	23.074	30.537	30.775
1980	664.559	1.407.236	101.834	56.234	48.922
1991	846.238	2.030.722	226.361	100.736	67.867
1993	873.612	2.151.174	157.887	110.515	71.166
1995*	908.832	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1940-1991); Prefeitura Municipal de Campinas, SEPLAN; e Fundação SEADE, Perfil Municipal, 1995 (dados de 1993)

Observação: * - Estimativa, limite médio (SEPLAN/Prefeitura Municipal de Campinas)

Nesse espaço adjacente a Campinas estão localizados alguns municípios de maior crescimento populacional nas últimas décadas. Sumaré, com taxa de 16% de crescimento, foi um dos que mais se destacaram no contexto nacional. A grande concentração de migrantes neste município se localizou no ex-distrito de Hortolândia (emancipado em dezembro de 1991), composto por 87 bairros. Os dados do Censo Demográfico de 1991 apresentam uma população composta por 226.361 habitantes, correspondente a 11,1% da Região de Governo de Campinas (ver Tabelas 03 e 04). Sua relação direta com Campinas, tem configurado Sumaré como uma cidade-dormitório. Tal função lhe é atribuída não pela ausência de um setor que absorva mão-de-obra, já que algumas importantes indústrias localizam-se em Sumaré, mas porque sua população é composta, predominantemente, por uma mão-de-obra de baixa ou nenhuma qualificação e que acaba sendo utilizada no comércio, no setor de serviços e na construção civil, no município de Campinas.

Tabela 04

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ENTRE CENTRO E PERIFERIA REGIONAL. REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO E REGIÃO DE GOVERNO DE CAMPINAS (MUNICÍPIOS SELECIONADOS - 1940-1991

Em Porcentagem

Regiões	Anos					
	1940	1950	1960	1970	1980	1991
Região Metropolitana de São Paulo						
Centro	-	82,5	80,8	72,8	67,5	62,4
Periferia	-	17,5	19,2	27,2	32,5	37,6
Região de Governo de Campinas						
Centro (Mun. de Campinas)	48,9	49,3	45,2	48,8	47,2	41,7
Mun. de Sumaré	-	-	2,21	3,0	7,2	11,1
Mun. de Indaiatuba	-	-	4,1	4,0	4,0	4,9
Mun. de Valinhos	-	-	3,8	4,0	3,5	3,3
Total da Periferia	51,1	50,17	54,8	51,2	52,8	58,3

Fonte: IBGE, Censos e Sinopse Preliminar, 1991.

A estagnação econômica dos anos 80, com fortes flutuações cíclicas e exacerbção inflacionária, afetou, sobremaneira, a economia do Estado de São Paulo, cuja taxa de crescimento do produto (aproximadamente de 2% ao ano) ficou abaixo da média nacional. Entretanto, seu desempenho econômico não foi homogêneo. A região metropolitana de São Paulo sofreu maiores impactos recessivos do que o interior do Estado. Este, com áreas de agricultura moderna e encadeadas com o esforço exportador, além de maior ponderação agro-industrial em sua base produtiva, como a de Campinas, viu preservadas suas trajetórias de crescimento. (SEMEGHINI, 1992, p.25) Assim, desenvolveram-se as principais funções urbanas da região de Campinas, apoiadas "(...) na infra-estrutura física, e no conjunto de novas possibilidades econômicas construídas no período anterior, e que, não obstante o ritmo mais lento do crescimento, continuaram a evoluir no período recente." (Op. Cit., p.53-4)

Além de constituir um importante parque industrial e de ter uma agricultura moderna, Campinas assume mais visivelmente as suas características de sede de uma metrópole regional, a partir do crescimento e sofisticação do seu setor terciário, com a concentração de serviços que passam a sustentar a intensificação dos fluxos e as relações entre Campinas e as cidades da região. "Sinteticamente, na década de 70 Campinas passaria de centro regional de médio porte à condição de grande cidade, e a evolução dos anos 80 mostraria tendência clara à emergência de uma nova metrópole." (Op. Cit., p. 54).

Tabela 05

**EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ATIVIDADES
ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS, 1980-1990**

Atividade	1980	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Agropecuária	893	637	-	-	-	-	-
Indústria	1.582	1.329	1.855	1.967	2.384	2.458	2.543
Comércio *	3.674	4.117	-	-	-	-	-
Varejista	-	-	7.732	8.691	9.579	10.352	12.536
Atacadista	-	-	1.462	1.573	1.657	1.672	1.885
Ambulantes e Feirantes	-	-	625	661	657	653	672
Serviços	3.067	3.186	-	-	-	-	-

FONTES: IBGE, Censos Econômicos(1980 e 1985); Fundação SEADE, Anuário Estatístico de São Paulo(1986 a 1990).

Obs.: * Números censitários, correspondentes ao conjunto do comércio atacadista e varejista.

Durante toda a década de 80, observa-se crescimento no número de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, instalados no município de Campinas (ver Tabela 05). Todavia, esse crescimento não se converteu em aumento proporcional de postos de emprego. Ao final da "década perdida", quase todas as atividades econômicas estavam empregando menos que em 1988. No ano de 1992, esta situação só não se repetiria, justamente, no setor serviços. Vale ressaltar que isto ocorre numa conjuntura de recessão, em que o município de Campinas consegue manter, em 1992, o nível ocupacional geral em torno de 97%, enquanto o Estado de São Paulo mantém apenas 93% do nível de emprego total observado em 1988 (ver Tabela 06).

Tabela 06

**EVOLUÇÃO DO NÍVEL DE EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE NO
MUNICÍPIO DE CAMPINAS, TOTAIS DA REGIÃO DE GOVERNO DE
CAMPINAS E DO ESTADO DE SÃO PAULO
1988-1992**

Atividade	1988	1989	1990	1991	1992
Município de Campinas	243.878	255.739	249.883	243.903	235.961
Ind. Extr. Mineral	257	252	281	284	232
Ind. Transformação.	72.776	76.781	73.441	69.001	65.026
Serv. Ind. Utilidade Pública	6.112	6.083	5.906	5.598	5.642
Constr. Civil	18.055	17.929	15.439	14.895	15.449
Comércio	42.904	45.387	45.898	43.902	41.449
Serviços	81.313	86.138	85.830	86.914	85.390
Adm. Pública	18.746	19.574	19.672	19.786	19.424
Agro. Ext. Veg. Caça/Pesca	2.337	2.357	2.276	2.247	2.134
Outros	1.378	1.238	1.140	1.276	1.215
Região de Governo	519.435	546.487	562.192	512.393	494.101
Estado de São Paulo	8.116.801	8.421.502	8.035.527	7.832.046	7.532.491

FONTE: Ministério do Trabalho. Apud PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 1995.

Alguns indicadores atestam a importância econômica da região: a existência do segundo maior terminal aeroviário de cargas do país; a terceira praça bancária do país; um movimento que corresponde a cerca de 20% das exportações totais do país e a rivalidade com a região de Ribeirão Preto, como principais produtores agrícolas do Estado.

A consolidação da cidade de Campinas como centro metropolitano no interior do Estado de São Paulo vem estimulando migrações pendulares no sentido Campinas - São Paulo, onde, diariamente, estabelece-se um vai-e-vem da classe média que trabalha na capital e encontra melhores condições de habitação e de vida em Campinas. Por outro lado, são intensos os movimentos pendulares oriundos de cidades como Sumaré, Paulínia e Valinhos, com destino a Campinas, de pessoas que residem naqueles municípios mas que, como mão-de-obra não qualificada, geralmente só conseguem ocupações no setor terciário de Campinas.

Mas a trajetória de crescimento econômico regional vem reduzindo, desde então, as possibilidades de absorção da mão-de-obra sem qualificação (ver Tabela 06). A crise habitacional e a deterioração das condições de vida da população, de um modo geral, como consequência da crise econômica geral, que se estendeu ao longo da última década, têm agravado o quadro da população migrante de baixa renda que não encontrou mais o sonho da redenção na "cidade grande" e teve que se estabelecer em sua periferia metropolitana.

Todo este processo de metropolização da região de Campinas, dispondo, inclusive, de atividades de apoio à população (sobressaindo os complexos universitário, hospitalar, cultural e de serviços especializados), não impediu que a cidade e seu entorno adquirissem e desenvolvessem, também, as marcas que caracterizam todas as regiões metropolitanas brasileiras, isto é, a deterioração social apontada pelos indicadores de educação, saneamento, habitação ou transportes, presentes nas favelas e no visível desfiguramento do tecido físico da cidade.

4.2. A Deterioração da Qualidade de Vida

A crescente demanda por novas áreas urbanas (para moradia, instalação de indústrias, comércio e serviços, sistema viário, instalação de

infra-estrutura, etc) na região, foi atendida através do parcelamento legal do solo (loteamentos). Com a consolidação dos loteamentos, o capital imobiliário especulativo realizou e vem realizando lucros extraordinários, aumentando o valor da terra urbana, a partir da transformação de terrenos rurais em suburbanos e urbanos, e da gleba unitária para o lote.

A oferta de infra-estrutura nessas áreas vazias, constitui uma das principais formas de ganho especulativo do capital imobiliário e este processo é conhecido como "horizontalização do espaço urbano".

A cidade se expandiu horizontalmente, com posterior adensamento da ocupação do solo urbano. A verticalização se tornou expressiva nos últimos anos: de um índice de verticalização de 3,6% dos imóveis residenciais, em 1960, a cidade de Campinas chegou a ter 22% em 1980 e 31,2% em 1993 (ver Tabela 07). Tanto em Campinas como, em menor escala, nos demais municípios da região, observaram-se, inicialmente, processos de horizontalização, com crescimento periférico e posterior intensificação do uso e ocupação do solo, através de construções verticalizadas, particularmente na sede regional. Neste contexto, a proliferação de favelas tem sido a consequência imediata do déficit habitacional do município, um dos maiores problemas atuais de Campinas (ver Tabela 08).

Tabela 07

**EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE IMÓVEIS E ÁREA CONSTRUÍDA
NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS
1960 - 1993**

Anos	Total de Imóveis	Imóveis Residenciais					Total de Área Construída (m ²)
		Hori-zontais	%	Verticais	%	Total	
1960	14.504	12.697	96,4	475	3,6	13.172	2.403.843
1970	29.559	23.787	89,2	2.881	10,8	26.668	5.173.667
1980	100.810	68.908	78,0	19.490	22,0	88.398	14.991.083
1990	191.307	109.810	69,7	47.668	30,3	157.478	24.110.050
1993	209.963	117.248	68,8	53.079	31,2	170.327	25.937.754

Fonte: Dados do IPTU/IMA, agosto de 1993; Apud PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 1995, p.197-8.

Tabela 08

**POPULAÇÃO TOTAL E FAVELADA, DOMICÍLIOS PARTICULARES E
NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS POR DOMICÍLIO
MUNICÍPIO DE CAMPINAS - 1980-1991**

Anos	Popu- lação Urbana Total	Domicí- lios Particu- lares	Média Pessoas/ Domicí- lio	População Favelada					
				Total	%	Homem	Mulher	Dom. Partic. em Favelas	Média Pessoas/ Domicí- lio
1980	664.559	154.464	4,30	36.155	5,44	18.471	17.684	7.107	5,02
1991	823.658	223.828	3,78	67.474	7,98	34.290	33.184	14.270	4,74

Fontes: IBGE, Censos Demográficos e Prefeitura Municipal de Campinas.
Apud PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 1995, p.199.

Um dos efeitos socialmente danosos do crescimento econômico, populacional e urbano de Campinas refere-se ao estrangulamento na provisão de infra-estrutura por parte dos poderes públicos. Mesmo observando acréscimos de receita nos últimos 15 anos, a gestão urbana foi incapaz de atender satisfatoriamente as carências de sua população. O município de Sumaré, por exemplo, apesar de possuir a oitava arrecadação do Estado de São Paulo, não consegue atender as necessidades básicas de sua população: apenas 23% das moradias têm ligação com a rede de esgoto; 65% são ligados à rede de água; 75% têm ligações elétricas; e a pavimentação cobre 60% da sede e somente 20% do restante do município. A intensa especulação imobiliária e os baixos rendimentos fazem com que um dos principais problemas vivenciados por Sumaré, nos últimos anos, sejam as invasões de terrenos. Somados a isto, os problemas de saneamento básico, a falta de transporte coletivo, o aumento da violência e da criminalidade, etc., configuram um cenário de deterioração crescente da qualidade de vida urbana, onde o crescimento populacional e a pobreza parecem “caminhar juntos” com a poluição ambiental, o desemprego e a segregação social e econômica.

Resultados preliminares de uma pesquisa sobre condições de vida (a PCV) no município de Campinas, realizada pela Fundação SEADE,

investigando a pobreza sob os ângulos do emprego, nível de instrução, moradia, renda e acesso a serviços de saúde, mostram que, em 1994, 37,9% das famílias campineiras eram pobres ou miseráveis e não dispunham de renda *per capita* suficiente para cobrir suas despesas com uma cesta básica de consumo. Esta informação, se comparada à pujança da economia regional, mostra que o quadro de desigualdade e injustiça social também impera na sede metropolitana. É de se imaginar o que acontece na periferia, por exemplo, em Sumaré ou Hortolândia...

Mais alguns resultados da PCV, ainda que estáticos, atestam a precariedade das condições de vida urbana nos dias de hoje:

- a) mais de 40% das famílias são carentes em instrução e quase 20% são carentes em moradia. Além disto, 30% das famílias dependem exclusivamente do serviço público de saúde;
- b) a renda *per capita* em Campinas é de 4,5 salários mínimos (SM), sendo que no segmento dos considerados "miseráveis", a renda *per capita* é de 0,66 SM. Neste grupo, 66% das famílias ganha até 3 salários mínimos;
- c) pouco mais de 28% da força-de-trabalho ocupada recebe até 2 Salários mínimos e aproximadamente 25% tem trabalho instável, com alta rotatividade e baixos rendimentos;
- d) à medida que se deterioram as condições de vida em Campinas, amplia-se a contribuição das crianças e adolescentes (10 a 17 anos) na formação da renda familiar. Na média, contribuem com 15% da renda familiar. 26% das crianças e adolescentes, trabalham (estudando ou não). Entre os miseráveis, 37,5% das crianças e adolescentes trabalham, sendo que 21,3% sequer estudam; e
- e) cerca de 6% das famílias moram em barracos isolados ou em favelas ou cortiços (37% dos miseráveis em favelas ou barracos).

Abstraindo as dificuldades metodológicas para se estabelecer paralelismos com outras regiões, a PCV de Campinas mostra que a

deterioração social não só acontece em metrópoles “antigas”, como Rio de Janeiro ou São Paulo ou nas regiões mais pobres como das metrópoles nordestinas.

5. CONCLUSÃO

A institucionalização das regiões metropolitanas, no auge do regime político autoritário, como forma (discursiva) de enfrentar as dificuldades de gestão das grandes cidades, na verdade significou o ajuntamento de realidades urbanas heterogêneas. À exceção, talvez, das regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, onde, em parte, efetivamente ocorriam conurbações importantes, foram considerados conjuntos de cidades pobres e dormitórios, vizinhas às principais capitais do país. Naquele momento (década de 70) havia, como ainda há, uma tendência à concentração populacional nos municípios sede, como fruto das disparidades econômicas e sociais da “rede” de cidades.

O processo de transformação da cidade de Campinas em um centro metropolitano distingue-se dos demais, na medida em que resulta de um processo de interiorização da indústria paulista, também iniciado na década de 70, que criou e/ou consolidou bases econômicas industriais e agrícolas nas cidades vizinhas. O dinamismo interno e a intensificação das relações econômicas entre esses municípios e a sede “metropolitana” costuraram a formação de uma área que se tornou o terceiro pólo industrial do país. Esta relação garantiu, também, uma tendência menor à concentração populacional no município sede, diferentemente do que aconteceu com a maioria das regiões brasileiras.

A crise econômica, que caracterizou a “década perdida”, provocou impactos recessivos nos setores industriais tradicionais ou voltados para o mercado nacional, localizados principalmente na região metropolitana de São Paulo. Mas as áreas de base produtiva agroindustrial, voltadas para o esforço exportador, conseguiram, em parte, afugentar a crise e consolidar suas economias e suas estruturas urbanas no período. Novamente, Campinas se destaca das demais regiões, consolidando seu parque tecnológico, atraindo indústrias de alta tecnologia,

desenvolvendo e sofisticando sua rede de serviços e dando sustentação aos fluxos e relações entre os municípios vizinhos.

Guardadas as devidas proporções, no entanto, existe uma característica que iguala todas as grandes cidades brasileiras e seus municípios periféricos: o crescimento da pobreza e a conseqüente deterioração social. As transformações dos espaços urbanos e a manutenção de um modelo econômico de crescimento (quando houve) com exclusão, além das sucessivas crises econômicas dos últimos anos, tornaram o ambiente urbano, ao mesmo tempo, um refúgio para quem, sendo pobre, buscou auferir benefícios não monetários inexistentes no meio rural, e um local de contrastes, cada vez mais insuportáveis, de riqueza e poder diametralmente desiguais. Em outras palavras, a deterioração da qualidade de vida das metrópoles brasileiras (incluindo Campinas) está fortemente relacionada ao adensamento de situações individuais de pobreza e miséria, contrapostas, no mesmo espaço físico ou em áreas contíguas, às manifestações de riqueza e poder, potencializando tensões e levando a sociedade à violência, à criminalidade, excessos de toda ordem. E essa queda na qualidade de vida ocorre tanto na sede, quanto na periferia das metrópoles

As políticas que incentivaram o processo de desconcentração industrial e que conseguiram relativo sucesso, no propósito de dinamizar regiões menos desenvolvidas do país, foram, também, responsáveis pela expulsão de contingentes populacionais do campo e de cidades pequenas e pelo "inchaço" das cidades médias e grandes. Também foram responsáveis pela alta concentração de renda e pela especulação imobiliária, que condenou a maior parcela da população a morar em edificações inadequadas, nos subúrbios ou nas áreas de segregação social e econômica.

A crise iniciada nos anos 80 só veio agravar e dar contornos dramáticos às situações específicas de cada área metropolitana. A herança de todo esse processo de gestão urbana excludente, onde, gradualmente, se privatizaram serviços públicos de infra-estrutura, saúde, educação, etc, e se abriram novos espaços para o automóvel e para a residência do "rico" e da "classe média abastada", condenou o pobre à periferização, à falta de saneamento básico e à debilitação do sistema

de transporte, etc. Isto vem gerando um processo de “**arrebentação do padrão urbano**”, isto é, um processo de “(...) agravamento do problema distributivo urbano, onde os “de cima” pagam mais para receber mais e melhor, enquanto os “de baixo”, por não poderem pagar, recebem precário atendimento público, face ao agravamento das finanças públicas municipais, que precisam gastar, mas pouco arrecadam.” (CANO, 1989, p. 27)

Efetivamente, o modelo econômico brasileiro dos anos 90 tende a permanecer excludente. Existem fortes barreiras para diminuir o grau de segregação das famílias pobres. Existe, dentro do quadro atual de políticas públicas, pouca ou quase nenhuma chance para ascensão social ou melhoria dos padrões de vida desse estrato da sociedade. O aumento do número de pobres e o aprofundamento das desigualdades no espaço urbano tornam a ação pública assistencial cada vez mais incapaz e ineficiente.

Finalmente, vale ressaltar que a “modernização conservadora” da economia brasileira, como nos demais cantos do mundo, implica a redução dos níveis de emprego em atividades rurais ou urbanas, com previsíveis impactos sobre as condições de vida na cidade. O caráter explosivo, que tais efeitos imprimem, exige políticas e estratégias que apontem para uma efetiva solução de crescimento econômico, em busca de equidade social e regional. E isto corresponde ao avesso da maioria das ações do Estado, na história recente deste país. As políticas de desenvolvimento urbano e regional deverão estar articuladas com as políticas agrícola, industrial e macroeconômica, que garantam a geração de novos empregos, além de políticas sociais, que resgatem a população segregada das carências habitacionais, educacionais e de saúde em que vivem.

6. BIBLIOGRAFIA

BAENINGER, Rosana; MAIA, Paulo B. (1992) “Região de Governo de Campinas”. in: **Migração em São Paulo**. Campinas, Núcleo de Estudos de População (NEPO)/ UNICAMP, p. 7-46. (Série Textos NEPO, nº 22).

- CANO, Wilson. (1989) "Urbanização: Sua Crise e Revisão de seu Planejamento." São Paulo, **Revista de Economia Política**, 9(1), jan-mar/89.
- _____. (1985) "Dinâmica da Economia Urbana de São Paulo: Uma Proposta de Investigação". Rio de Janeiro, FGV, **Revista de Administração de Empresas**, 25(1):15-25, jan-mar/85.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS (1995) **Campinas. Plano Diretor**. Campinas, Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente.
- ROCHA, Sonia. (1995) "Governabilidade e Pobreza. O Desafio dos Números." Rio de Janeiro, IPEA, **Texto para Discussão**, nº 368, fev/95.
- ROCHA, Sonia e TOLOSA, Hamilton C. (1993) "Núcleo-Periferia Metropolitana: Diferenciais de Renda e Pobreza". in: VELLOSO, J.P.R. e ALBUQUERQUE, R.C. (Orgs) **Pobreza e Mobilidade Social**. Fórum Nacional: As Bases do Desenvolvimento Moderno. São Paulo, Nobel.
- SEADE (1995) **Pesquisa de Condição de Vida no Município de Campinas**. Primeiros Resultados. São Paulo, Fundação SEADE.
- SEMEGHINI, Ulysses C. (1992) "A Região Administrativa de Campinas." In: CANO, Wilson (Coord) **São Paulo no Limiar do Século XXI**. São Paulo, Fundação SEADE. Volume 8: "Cenários da Urbanização Paulista. Regiões Administrativas."
- _____. (1991) **Do Café à Indústria: Uma Cidade e seu Tempo**. Campinas, Editora da UNICAMP.
- TOLOSA, Hamilton C. e ROCHA, Sonia. (1993) "Políticas de Combate à Pobreza: Experiências e Equívocos". in: VELLOSO, J.P.R. e ALBUQUERQUE, R.C. (Orgs) **Pobreza e Mobilidade Social**. Fórum Nacional: As Bases do Desenvolvimento Moderno. São Paulo, Nobel.